

# Razões egoístas para se agir de modo altruísta: o utilitarismo teológico de William Paley

*Valdeir D. Del Cont'*

**Resumo:** Pretendemos, neste artigo, analisar a proposta ética de William Paley. Considerado um utilitarista de exceção, Paley procurou associar ao princípio de utilidade um requisito transcendente que consiste na idéia de que os indivíduos motivados pela busca da maximização da felicidade têm como regra máxima a obediência à vontade de Deus. Paley assume que cumprir a vontade de Deus é condição para que o indivíduo possa gozar da felicidade eterna. Levando-se em consideração que a vontade de Deus se expressa no bem e na felicidade de todas as Suas criaturas, para que o indivíduo possa ser agraciado com a felicidade eterna, tem por obrigação, nesta vida, trabalhar no sentido da promoção da felicidade geral.

**Palavras-chave:** Ética – utilitarismo – utilitarismo teológico – egoísmo – altruísmo.

## Introdução

Mesmo com seu nome e trabalho intelectual associados à escola utilitarista clássica<sup>2</sup>, William Paley tem pouca expressão no campo da reflexão ética brasileira, sendo, até mesmo, poder-se-ia dizer: um ilustre desconhecido. Estando ciente de que não só a reflexão ética de William Paley é desconhecida, mas também a própria reflexão utilitarista sobre o assunto enfrenta fortes resistências<sup>3</sup>, este texto pretende analisar um tipo

---

1 Mestre em Ética pela PUC-Camp e Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH-Unicamp. E-mail:

2 Sorley, 1951, p. 256.

de discussão que ficou conhecida por utilitarismo teológico<sup>4</sup> e que parece ter em William Paley um de seus representantes.

Para discussão e análise da proposta ética de William Paley, utilizaremos as posições filosóficas que ficaram registradas principalmente na obra “The Principles of Moral and Political Philosophy”. Este é um dos principais trabalhos de Paley e é dividido em seis livros. Os dois primeiros apresentam o ponto central de sua discussão ética<sup>5</sup>. No primeiro, intitulado “Preliminary considerations”, encontra-se a idéia básica acerca da tarefa da investigação moral. No segundo, nomeado a “Moral Obligation”, Paley desenvolve os argumentos que servem de sustentação para a sua tese utilitarista e transcendente, isto é, defende a idéia de que o ser humano tem por motivo de suas ações a busca do benefício particular e que é possível associar este motivo à vontade de Deus – que para Paley é a regra máxima da moralidade.

O projeto ético de Paley tem fundamento em uma formulação simplificada do princípio de utilidade que pode ser expresso da seguinte forma: o princípio orientador das ações humanas é a maximização do prazer e a minimização da dor. Seus argumentos apresentam um modo próprio de entender este princípio, pois, para Paley, a maximização do prazer e a minimização da dor estão associadas a um requisito transcendente, a saber: a busca da felicidade eterna, o que faz com que as ações dos indivíduos, neste mundo, sejam orientadas em função da vontade de Deus. Esta é, inclusive, a condição para que o indivíduo seja agraciado com a existência de plena felicidade no reino de Deus.

Desta forma, auxiliado pela pressuposição de que Deus é bom e de que Ele deseja a felicidade da espécie humana<sup>6</sup>, Paley sustenta que não só as ações morais, como também a própria reforma da sociedade estão apoiadas na tese do governo de Deus sobre o mundo. Portanto, o autor elabora uma teoria ética com contornos tanto utilitaristas, quanto teológicos.

4 Guizán, 1992, p. 290.

5 Sorley, 1951, p. 223.

6 Ver o capítulo XXVI: “Goodness of the Deity” da obra “Natural Theology” de William Paley. Também: Paley, 1978, p. 51 e p. 57.

Neste texto procurar-se-á explorar a hipótese de que muito embora Paley apresente como regra máxima da moralidade a vontade de Deus, o que pode ser notado, através da análise de seus argumentos, é que este requisito transcendente é um recurso para demonstrar ao indivíduo – estruturalmente egoísta – que a única maneira de satisfação plena de sua inclinação natural é procurar orientar as suas ações no sentido do altruísmo.

### **O utilitarismo teológico de William Paley e sua crítica teoria do senso moral**

Vários pensadores do século XVIII, na Inglaterra, preocuparam-se com a questão da existência ou não de um sentimento moral inato presente nos seres humanos. Indicar a existência deste sentimento significava revelar uma capacidade humana inata para apontar as ações merecedoras da qualificação de morais ou de imorais. Através de seus trabalhos filosóficos, Paley procurou investigar a possibilidade da existência ou não de um sentimento moral inato nos seres humanos. No entanto, para Paley, uma análise cuidadosa das razões e motivos envolvidos sobre o que é denominado de ação moral revela a não possibilidade de identificação, na constituição humana, de qualquer evidência do que seja o moralmente correto ou o moralmente incorreto. Ademais, de acordo com Paley, quando avaliada a possibilidade da existência de um senso moral, algumas dificuldades devem ser superadas para se admitir a existência de uma moral instintiva ou senso moral inato.

Primeiramente, os que defendem a existência de um senso moral inato geralmente alegam que em diferentes épocas e países sempre há, por parte dos seres humanos, uma disposição imediata para aprovar certas atitudes e condenar outras. Contudo, garante Paley que, ao estudarmos a conduta humana atentamente, notamos que há muita discordância sobre o que seja o justo e o correto em diferentes épocas e países. O que é condenável em uma época é totalmente admitido em outra e a possibilidade de várias interpretações do que seja o justo e o correto também nota-se em diferentes países e culturas<sup>6</sup>.

6 Paley, 1978, p. 11.

Mesmo que exista discordância na definição clara e objetiva das ações merecedoras de qualificação moral, os defensores da existência de juízos morais inatos poderiam, ainda, alegar que existem tipos de ação que recebem a aprovação dos indivíduos mais do que outros. Mesmo que não haja uma coincidência universal a respeito da aprovação dos tipos de ação, o fato é que há, geralmente, a aprovação de determinados tipos de ação e a recusa de outros de uma forma direta e espontânea. O que isso parece significar, abstraindo os desvios de entendimento por parte de alguns indivíduos, é que a idéia da aprovação espontânea sugere que existe no ser humano uma tendência inata para aceitar determinadas atitudes e rejeitar outras. Se isso não ocorre é porque há algum problema na constituição mental do indivíduo. Com essas ressalvas, a tendência inata pode ser explicada como uma consequência da existência de um sentimento moral instintivo.

Todavia, no que diz respeito aos conceitos morais, Paley defende que semelhante relação não ocorre. Para Paley, se existisse em nós um instinto moral, estaríamos também prontos para aprovar as ações que, sem sombra de dúvidas, seriam consideradas corretas. Em outras palavras, junto com o instinto deveria ter sido implantada uma idéia clara e precisa do propósito de sua existência moral<sup>7</sup>.

Poder-se-ia, ainda, argumentar que a pré-disposição humana para aprovar determinados tipos de ação e rejeitar outros é uma potencialidade proporcionada por Deus aos indivíduos. O propósito desta potencialidade seria capacitar os seres humanos para que reconheçam a existência do bem e do mal tanto em suas ações, quanto no mundo. Com relação aos indivíduos que têm dúvidas acerca do que seja realmente o correto e o justo, poder-se-ia dizer que eles assim pensam porque não fizeram uma avaliação adequada dos sentimentos morais que Deus lhes proporcionou. Assim, a idéia de que Deus criou os seres humanos dotados de sentimentos morais não parece significar tão somente que os seres humanos estão capacitados para reconhecer o que é correto e o que é errado. A idéia pode ser mais abrangente e sugerir, também, que os seres humanos possuem, registrados em suas

7 Ibidem, p. 15.

constituições, sentimentos morais introduzidos pelo Criador<sup>8</sup>.

Mesmo sendo um representante de uma doutrina religiosa, pode-se considerar que Paley não está de acordo com a interpretação de que Deus muniu o ser humano com comandos morais. Para Paley, esta idéia, mesmo que se revelasse verdadeira, não seria suficiente para resolver o problema da diversidade de opiniões acerca de qual seria o genuíno comando de Deus; ainda caberia formular a seguinte questão: quais comandos divinos possuímos instintivamente?<sup>9</sup> Paley conclui que não há nada que indique a existência de uma moral instintiva, pois não temos condições de apresentar ou perceber a existência de “algo” que possa ser considerado um instinto e, também, estar unido à possibilidade de compor o que é chamado juízo moral<sup>10</sup>.

Contudo, visto que o projeto ético de Paley tem por base a idéia de que Deus existe, a seguinte questão poderia ser colocada: como um projeto moral que depende da idéia da existência de Deus pode rejeitar a concepção de que os seres humanos possuem em suas constituições uma inclinação moral, sem que, por consequência, a idéia de que Deus tem planos para as Suas criaturas fique fragilizada?

Ao negar a existência de uma moral inata, Paley não está negando que possuímos valores ou que não temos condição de apontar as ações que merecem a qualificação de virtuosas. Pode-se dizer que o autor defende que o ser humano não nasce com uma pré-disposição para as ações virtuosas, como se já existissem ações portadoras da qualidade da virtude e o indivíduo somente se adaptasse a elas. O que há, segundo Paley, é o fato de que os seres humanos estão sujeitos a uma lei básica da natureza, como qualquer outro indivíduo de outra espécie; segundo essa lei, os indivíduos buscam o benefício e tentam eliminar o dano. As ações promotoras de benefício são conservadas pelos indivíduos, enquanto as que promovem consequências danosas são rejeitadas. De

8 Para Dymond: “Y esta lei es el sentimiento innato de lo justo y lo injusto, de la virtud y el vicio, que todo hombre lleva en su propio seno. Estas impresiones, al actuar en el ánimo del hombre, demuestran que existe una lei escrita en su corazon. Este sentimiento secreto de lo justo y lo injusto, tan profundamente impresso por nuestro Creador, para sábios propósitos, en la inteligencia humana, tiene carácter, fuerza y efecto de ley.” Dymond, [s.d.], p. 52.

9 Paley, 1978, p. 17.

10 Ibidem, p. 16.

uma forma geral, Paley considera que os hábitos humanos desempenham a função de conservadores daquelas atitudes vantajosas para a espécie humana.

Para Paley, Deus criou a natureza dotada de harmonia. Estudar a natureza é procurar compreender os desígnios de Deus, e sendo Deus um Ser bom só poderia desejar que as diversas espécies existentes na natureza procurassem participar dessa harmonia, buscando um padrão de comportamento que trouxesse benefícios para a espécie<sup>11</sup>.

Em “Natural Theology”, Paley procura demonstrar que no âmbito da natureza e, conseqüentemente, nos vários modos pelos quais as mais variadas espécies comportam-se no jogo da existência, os arranjos produzidos pelas espécies (sem excluir a humana) devem ser observados levando em consideração os resultados benéficos para a própria espécie em questão<sup>12</sup>.

Para Paley, o fato de uma determinada conduta produzir benefício para o agente é que cria no indivíduo a pré-disposição para ou executar ou aceitar novamente a conduta. A pré-disposição humana não é fruto de uma inclinação moral inata, isto é, a pré-disposição não é proveniente de um instinto moral, nem tampouco de um comando de Deus inscrito na constituição humana<sup>13</sup>.

Segundo Paley, o fato de considerarmos certas atitudes merecedoras de uma posição especial não repousa em um valor intrínseco presente no tipo de atitude; as atitudes, por si mesmas, não possuem qualquer atributo valorativo. Elas só passam a receber o atributo valorativo na medida em que contribuem para satisfazer a inclinação natural que o ser humano possui de procurar o benefício e evitar o dano. Tendo isso em mente, na obra “The Principles of Moral and Political Philosophy”, Paley procura defender um único critério para se fazer a avaliação de qualquer conduta individual ou regra de ação social, a saber: verificar a tendência da conduta de produzir benefício para os indivíduos envolvidos<sup>14</sup>.

11 Segundo G. Hardin o argumento principal de W. Paley presente na obra “Teologia Natural” era que a adaptação de estruturas e órgãos naturais constitui prova da existência de Deus. Ver: Hardin, 1969, p. 52.

12 Ibidem, p. 52-53.

13 Paley, 1978, p. 12.

Os argumentos de Paley, por procurarem demonstrar que é o resultado efetivo da ação, no sentido desta proporcionar a maior soma de benefício para o indivíduo, que lhe confere a qualificação de ação moral, parecem endossar uma espécie de teoria ética egoísta. Nestes termos, poderia ser pertinente a objeção de que a felicidade alheia só contaria na medida em que a sua realização contribuísse de algum modo para a efetiva realização da felicidade individual. No entanto, o que Paley argumenta não é a necessidade de seguir uma regra que determine uma ação completamente egoísta. Pelo contrário, com seus argumentos procura demonstrar que a regra máxima da ação é a vontade de Deus de que os indivíduos contribuam para a efetiva realização da felicidade geral<sup>15</sup>.

Desta forma, cabe aqui a seguinte questão: como um projeto que parte da constatação de que o motivo da ação humana é o benefício individual (ou privado) pode eleger como máxima a regra de que os indivíduos devem buscar a promoção da felicidade geral sem incorrer em contradição?

Para superar esta dificuldade, Paley encaminha seu raciocínio na direção de mostrar que existe um requisito transcendente para que os indivíduos, mesmo tendo uma motivação inicial egoísta, pautem-se pela regra de que devem promover a felicidade dos demais indivíduos. O requisito consiste na idéia de que existe um Deus, e que Ele recompensará com a felicidade eterna os que executarem a Sua vontade nesta vida<sup>16</sup>. A vontade expressa de Deus é que os indivíduos contribuam para a promoção da felicidade da humanidade como um todo. Esta seria, portanto, a condição necessária para que o indivíduo seja agraciado com a felicidade eterna<sup>17</sup>.

14 Por defender que é a tendência da ação produzir benefício para o agente que faz dela uma ação merecedora da qualificação de virtuosa, William Paley é considerado um utilitarista tendencialista. É desta forma que Sottomayor-Cardia o classifica em seu artigo “O Interesse Geral e o Interesse de Cada Um”. Diz Sottomayor-Cardia: “Tendencialista é o utilitarismo que considera boa uma ação ou omissão que tenda a promover o máximo prazer geral ou a máxima felicidade geral ou a máxima satisfação dos interesses gerais. Tendencialistas foram Hume, Paley e por vezes Bentham.” Sottomayor-Cardia, 1992, p. 18.

15 Paley, 1978, p. 52.

16 Paley, [s.d], p. 286.

### Uma razão egoísta para se agir de modo altruísta

Os trabalhos filosóficos de Paley foram produzidos em um momento histórico marcado por uma elaboração mais sistematizada dos argumentos utilitaristas<sup>18</sup>. Nesse momento, de um modo geral, os pensadores envolvidos com os argumentos utilitaristas compartilhavam do raciocínio de que o ser humano age motivado pela busca do prazer e pela fuga da dor. Jeremy Bentham expressou este raciocínio da seguinte forma:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. (Bentham, 1984, p. 3)

Paley não teria nenhuma restrição a esta formulação de Bentham. Isso porque, segundo este autor, somente a utilidade é que gera a obrigação de executar uma regra moral<sup>19</sup>. Para Paley, preocupar-se com a inclinação individual em produzir o maior benefício possível – ou prazer – para si é uma maneira de procurar compreender a própria constituição da natureza humana. Pode-se considerar que Paley defende nesses termos a idéia de que possuímos uma tendência natural para valorizar as ações que mais nos favoreçam. Nesse sentido, de um modo amplo, pode-se considerar que nos trabalhos filosóficos de Paley, encontram-se duas importantes teses que também estariam presentes na reflexão dos utilitaristas clássicos:

1<sup>a</sup>) O ser humano possui uma determinada estrutura na qual é possível perceber que a conduta humana é sempre orientada pela procura da

17 Ibidem, p. 286.

18 De acordo com Esperanza Guisán, “as primeiras elaborações das idéias utilitaristas, segundo Bentham, foram registradas nas Sátiras de Horácio. Contudo, neste momento, as idéias utilitaristas estariam em um estágio embrionário. O ano de 1742, com o surgimento dos Ensaios de Hume, marcaria o momento em que as idéias utilitaristas receberam uma formulação mais sistematizada. Conforme Esperanza Guisán. 1992, p. 269.

19 Ver: Paley, 1978, p. 61.

obtenção do prazer e pela extirpação da dor.

2<sup>a</sup>) Por razões de ordem moral, o ser humano deve procurar maximizar a felicidade (prazer) e minimizar o sofrimento (dor) do maior número possível de pessoas.

De acordo com D. D. Raphael, diversos pensadores considerados pertencentes ao grupo dos utilitaristas clássicos defenderam de maneira mais acentuada uma descrição psicológica egoísta da natureza humana e também procuraram estabelecer uma relação entre esta descrição e a necessidade do ser humano agir de forma altruísta. Em suas palavras:

Muitas vezes se diz que os utilitaristas clássicos adotaram a opinião de que todos como – um feito e como uma necessidade psicológica – têm como seu constante motivo de ação um interesse em sua própria maximização de felicidade. Jeremy Bentham, reconhecido chefe dos utilitaristas clássicos no século XIX, às vezes, escreveu isto, mas creio eu que sua opinião, na realidade, era a de que as pessoas, habitualmente, atuam por motivo de interesse, mas não que sempre agem desta forma. Antes de Bentham houve alguns escritores que pensaram poder combinar uma psicologia egoísta com uma ética utilitarista. Sustentaram: 1) que como feito psicológico todo ser humano atua e necessariamente deve atuar para levar ao máximo sua própria felicidade e 2) que como questão de princípio ético, toda pessoa deve atuar de modo que leve ao máximo a felicidade geral. (Raphael, D.D. 1986)<sup>20</sup>

Todavia, uma análise mais atenta das duas teses sugere que elas podem indicar noções totalmente opostas acerca das razões

20 Tradução livre. Vide original em espanhol: “A menudo se dice que los utilitarios clásicos adoptaron la opinión de que todos -como un hecho e como una necesidad psicológica- tienen como su constante motivo de acción un interés en su propio máximo de felicidad. Jeremy Bentham, reconocido jefe de los utilitarios clásicos en el siglo XIX, a veces escribió como si esto fuera así, pero creo yo que su opinión, en realidad, era que las personas habitualmente actúan por motivo de interés, no que siempre lo hacen así. Antes de Bentham hubo algunos escritores que pensaron poder combinar una psicología egoísta con una ética utilitaria. Sostuvieron 1) que, como hecho psicológico, todo ser humano actúa y necesariamente debe actuar para llevar al máximo su propia felicidad y, 2) que, como cuestión de principio ético, toda persona debe actuar de modo que lleve al máximo la felicidad general.” (Raphael, 1986, p. 90).

motivadoras da ação humana. Com relação à primeira, é indicado que a única razão da ação é o interesse individual. Portanto, qualquer ação, mesmo as ações que têm como finalidade o auxílio a um outro indivíduo, são, na realidade, motivadas por interesses de ordem egoísta. Já a segunda sugere que a razão moral é um motivo suficiente para que as ações altruístas prevaleçam sobre a tendência egoísta. Em outras palavras, por esta segunda tese, os indivíduos teriam motivos para agir de forma desinteressada. Uma tentativa de conciliação das duas teses, em princípio, parece ser uma tarefa sem sucesso, pois as duas representam interpretações totalmente opostas. Ou seja, para defender a primeira tese (a idéia de que qualquer ação é interessada), deve-se rejeitar a segunda (a idéia de que existem motivos morais para agir desinteressadamente) e vice-versa<sup>21</sup>.

Contudo, Paley argumenta no sentido de que é racionalmente possível ter por base uma descrição egoísta da natureza humana e chegar à conclusão de que é necessário ser um indivíduo altruísta. Para tal propósito, Paley recorre à idéia de que existe uma relação entre os atos nesta vida e o julgamento que Deus fará deles após a morte. Nesse sentido, o motivo para ser um sujeito altruísta, de acordo com Paley, é fornecido através de um requisito transcendente. Tal requisito consiste na crença de que o juiz – Deus – julgará as ações dos indivíduos procurando observar se elas realizaram efetivamente a Sua vontade nesta vida<sup>22</sup>.

Todavia, para Paley, o motivo que faz com que o indivíduo venha a obedecer a vontade de Deus consiste na possibilidade de ser recompensado ou punido na outra vida. Nesse sentido, o que orienta a ação humana, mesmo levando em consideração a existência de Deus, é o interesse individual em maximizar o prazer e minimizar a dor. Assim, o

21 Raphael também considera que uma conciliação destas duas teses, da forma como estão expostas, seria uma tentativa em vão. Contudo assinala que os utilitaristas clássicos sempre tiveram cuidado para não se envolverem na contradição que a defesa das duas teses implica. Diz Raphael: “Yo no sé de ningún utilitario que en realidad adaptaría esta posición inconsecuente (atribuida a menudo a Bentham). Los utilitarios que sostuvieron definitivamente una psicología egoísta habitualmente tuvieron cuidado de evitar la inconsecuencia, negando que la acción que promovía la felicidad general fuera desinteresada.” Raphael, 1986, p. 91.

22 No capítulo V, “The Divine Benevolence”, Paley procura demonstrar que a única idéia compatível com a idéia da existência de Deus é que Ele quer e deseja a felicidade de Suas criaturas. Ver: Paley, 1978, p. 51 e p. 57.

interesse do indivíduo em maximizar a sua felicidade é que gera a obrigação de obedecer ao comando de Deus. Seguindo o raciocínio de Paley, poder-se-ia considerar que a vontade de Deus é um dever não porque é a vontade de Deus, mas porque a realização plena dos interesses individuais se dará após esta vida – no reino de Deus.

Existiriam, portanto, duas realidades, a saber: uma relacionada à vida natural do ser humano e uma outra que corresponde à vida eterna no reino de Deus. Às duas realidades correspondem dois tipos de comportamentos: um comportamento prudencial e um comportamento de dever. As ações orientadas para a aquisição do benefício nesta vida são classificadas por Paley como ações prudenciais. As ações que são orientadas para a aquisição do benefício na outra vida são classificadas como ação de dever<sup>23</sup>.

Tanto no que diz respeito à ação de dever, quanto no que concerne à ação prudencial, o que se leva em consideração é não só a obtenção do maior grau possível de felicidade (prazer), mas também a obtenção do menor grau possível de sofrimento. Nesta vida, por razões prudenciais, o indivíduo obedece a certos comandos levando em consideração a recompensa e/ou a punição que possam resultar da obediência ou não aos comandos produzidos nas mais diversas realidades sociais. Noutra vida, as razões de dever são estabelecidas pelo fato do agente levar em consideração a recompensa e/ou o castigo eterno.

Através da identificação destes dois tipos de ação, Paley pretende conciliar a tese de que o motivo da ação é o benefício privado com a tese de que existem razões morais para ser um sujeito altruísta. Para realizar esta conciliação, procura estabelecer um vínculo entre o princípio utilitário – a busca do prazer e a fuga da dor– e a idéia de que a base e fundamento da ação moral encontram-se após esta vida, em Deus. Nesse sentido, observar se a conduta está de acordo com a vontade de Deus é a condição necessária para saber se o agente está sendo ou não um sujeito moral<sup>24</sup>.

Assim, dois pontos podem ser destacados no projeto ético de Paley: o primeiro refere-se justamente à idéia de que o grau de felicidade geral

23 Paley, 1978, p. 53.

24 Ibidem, p. 54.

é o indicador para saber se a ação humana está correspondendo à vontade de Deus; o segundo refere-se à idéia de que cumprir a vontade de Deus é a condição para que o indivíduo maximize a sua própria felicidade. Nesse sentido, preocupar-se com a felicidade dos demais indivíduos, para Paley, além de ser um comando divino, é o único meio de satisfazer plenamente o interesse individual. Assim, ser um sujeito altruísta é condição necessária para que o indivíduo maximize a sua inclinação natural de busca do maior benefício.

A idéia de Deus como um juiz pode ser interpretada como uma necessidade lógica no projeto ético de Paley, pois sem assumir a existência de uma ordem transcendente que estabelece que os indivíduos que observaram nesta vida a vontade de Deus gozarão da máxima felicidade eterna, não haveria nenhuma razão, na perspectiva de Paley, para que o indivíduo se comportasse de maneira altruísta; isto é, não haveria motivos para que os agentes aderissem a ações em que o resultado fosse a felicidade do outro em detrimento de sua própria felicidade<sup>25</sup>. Nesse sentido, pode-se dizer que, no projeto ético de Paley, a ação humana está ligada a um cálculo de interesses a ser implementado pelo indivíduo, na realidade, é uma ação com bases puramente prudenciais<sup>26</sup>. O fato de levar em consideração a felicidade das demais pessoas seria, nesse sentido, uma ação prudencial a longo prazo. O interesse individual de ser recompensado por Deus é que cria a necessidade de se levar em consideração a felicidade das demais pessoas.

25 Segundo A. MacIntyre, Paley se compromete logicamente com a idéia da existência de Deus, sem ela não haveria razão para que o indivíduo agisse de maneira altruísta. Diz A. MacIntyre: "El hecho decisivo con relación con Paley e con Tucker es que ambos se comprometen lógicamente con la idea de que si Dios no existe, no habría ninguna razón valedera para dejar de ser completamente egoísta." MacIntyre, 1981, p. 165.

26 Para sugerir que para Paley a ação humana é na verdade uma ação prudencial, recorremos à definição de ação ética e ação prudencial sugerida por Sottomayor-Cardia no artigo "O Interesse Geral e o Interesse de Cada Um". Sottomayor-Cardia expõe estas noções da seguinte forma: "O cerne do sentido da moralidade é complexo, o cerne do sentido da prudência é espontaneamente simples. O cerne do sentido da prudência é unicamente a proteção e promoção do interesse próprio, consideradas as possíveis ou previsíveis conseqüências das ações ou omissões. O cerne do sentido da moralidade, enquanto moralidade, não se reduz à exclusiva consideração do interesse próprio como valor derradeiro." Sottomayor-Cardia, 1992, p. 11.

### **A felicidade como conseqüência da aplicação do princípio de utilidade**

Por defender que o ser humano possui uma tendência natural para a preservação e repetição das ações promotoras de benefícios (ou, em outros termos, a felicidade seria uma tendência da natureza humana), torna-se necessário deixar claro qual o sentido dado por Paley ao termo felicidade<sup>27</sup>.

De acordo com Paley, a felicidade ou a tendência para a felicidade é algo que está presente na própria natureza humana. Isto é, o fato do ser humano buscar a felicidade é uma conseqüência da constituição de sua própria natureza, pois, Deus, criador de todas as coisas, segundo Paley, só poderia criar o ser humano com uma natureza voltada para a felicidade. Contudo se Deus proveu o ser humano com uma tendência para a felicidade, como Paley explicaria a existência do sofrimento humano?

O sofrimento, de acordo com a compreensão de Paley, é o resultado de comportamentos que não estão de acordo com os desígnios de Deus. Ou seja, na medida em que o ser humano não realiza a vontade de Deus, mesmo possuindo uma tendência individual voltada para a felicidade, o resultado da ação é a produção de um estado de sofrimento. Assim, o indivíduo que pretende orientar-se pelo princípio da moralidade, segundo Paley, deve, a cada momento, perguntar em que consiste a vontade de Deus. Neste sentido, Paley considera que questionar acerca de qual seja a vontade de Deus é a tarefa da investigação moral e o caminho para a felicidade.

Paley argumenta que existem dois modos de saber qual é a vontade de Deus: o primeiro diz respeito a Sua declaração expressa, isto é, as Suas orientações registradas nas Sagradas Escrituras; o segundo são as orientações a partir dos desígnios e disposições provenientes de Suas palavras, isto é, as manifestações dos desígnios de Deus presentes na natureza<sup>28</sup>.

A harmonia existente na natureza e a maneira através da qual as diversas espécies estão adaptadas, para Paley, são provas da existência de Deus e cura certa para o ateísmo. Os seus argumentos demonstram

27 Paley, 1978, p. 18.

que estudar a natureza é estudar a suprema sabedoria com que Deus conduz todas as coisas<sup>29</sup>.

Os dois métodos identificados por Paley revelam que o desejo de Deus pode ser convertido em uma orientação básica: observar se a conduta humana contribui para a produção da felicidade geral<sup>30</sup>. Nesse sentido, identificar a ação que produz felicidade é o objetivo da investigação moral. A felicidade, no projeto ético de Paley, é consequência de um tipo de vida em que as decisões e atitudes do ser humano são encaminhadas no sentido de criar condições para que a soma do prazer exceda a soma da dor. Deste modo, prazer e dor são parâmetros tanto para o reconhecimento de uma existência feliz quanto para saber qual é a vontade de Deus.

Desta forma, o prazer e a dor, de acordo com Paley, são indicadores utilizados pelos seres humanos para o reconhecimento da existência de sofrimento ou de felicidade. Quanto maior for a soma das dores, maior será o sofrimento; por outro lado, quanto maior for a soma dos prazeres, maior será a felicidade<sup>31</sup>, pois aumentar a felicidade e combater o sofrimento significa o mesmo que procurar as sensações promotoras de prazer e evitar as sensações promotoras de dor.

Por causa da tendência natural do ser humano, as ações que contribuem para o aumento da felicidade – as ações promotoras de sensações prazerosas – são conservadas pelos indivíduos, enquanto as ações que resultam em sofrimento – as ações promotoras de dor – são rejeitadas. Nesse sentido, Paley parece assumir uma posição otimista em relação ao resultado das ações humanas. Isto é, para o autor, a formação dos modos de ação (sedimentados nos hábitos humanos) evolui sempre na direção do aumento da felicidade. Paley considera, ainda, que a tendência a conservar os modos de ação que resultam no aumento da

28 Ibidem, p. 54.

29 Na época de Paley teologia e o estudo da natureza eram disciplinas muito interligadas. Como diz Robert Wright: “E naquele tempo zoologia e teologia eram duas faces da mesma moeda. Se todos os seres vivos eram obra de Deus, então o estudo de sua engenhosa criação era o estudo da genialidade de Deus. O mais notável defensor desta hipótese era William Paley, autor do livro datado de 1802, *Natural theology; or, evidences of the existence and attributes of the Deity, collected from the appearances of nature.*” Wright, 1996, p. 5.

30 Paley, 1978, p. 56.

31 Ibidem, p. 18.

felicidade, de uma forma geral, é uma estratégia observada nas diversas espécies presentes na natureza. Esta estratégia é o modo que as espécies encontraram para garantir a própria existência.

Segundo Paley, a intensidade do prazer ou da dor e a continuidade (duração) são requisitos necessários para dizer se existe felicidade ou sofrimento. Quanto à quantidade o que se procura observar é a relação entre a soma ou agregação do prazer e a soma ou agregação da dor, para com isso constatar o grau de felicidade e/ou sofrimento produzidos<sup>32</sup>. No entanto, Paley verifica que de um modo geral os prazeres humanos não são contínuos, tendo portanto um limite; isto é, chegam até certo ponto e depois declinam<sup>33</sup>.

Muitas atitudes que, em um primeiro momento, aparentam produzir prazer, contudo, quando submetidas ao crivo da racionalidade, revelam-se enganosas. A impressão de que estas atitudes produzem prazer, para Paley, é o resultado da ignorância dos seres humanos ou da falta do uso da racionalidade nas escolhas. O uso da razão para se decidir a respeito do melhor curso de ação, segundo Paley, é a forma que o ser humano possui de evitar que um prazer futuro mais intenso não seja substituído por um prazer imediato menos intenso. Parece ser nesse sentido que, muito embora Paley considere que a inclinação humana aja no sentido de promover o prazer individual imediato, o indivíduo racional – que tem por objetivo maximizar a sua própria felicidade – deve procurar promover a felicidade dos demais seres humanos. Esta exigência é decorrente do fato de que procurar maximizar a felicidade geral, por ser um comando divino, é condição para que o indivíduo seja agraciado por Deus com a felicidade eterna.

A idéia de que o uso da racionalidade é importante para se reconhecer a conduta que resulta em um grau maior de felicidade pode aproximar a análise de Paley da análise feita por J. S. Mill a respeito do tipo de indivíduo – o ignorante ou o sábio<sup>34</sup> – que tem mais condições de fazer escolhas que possam proporcionar de fato um grau mais elevado de felicidade.

32 Ibidem, p. 18.

33 Ibidem, p. 21.

34 Mill, 1984, p. 51.

Ao estabelecer que a quantidade de sensações prazerosas ou de sensações de dor é indicador para se identificar o curso de ação que resultará em um grau mais elevado de felicidade, pode-se considerar que Paley está defendendo a necessidade de se identificar, no arranjo social, os tipos de ações que contribuem para a existência e o aumento da felicidade ou do sofrimento. Para a realização desta tarefa, Paley adianta que a felicidade não consiste na sensação por si só. Não consiste tanto na sensação de comer e de beber, como nas sensações produzidas por prazeres mais refinados, como aquelas geradas pela música, pintura, teatro, etc. As razões do fato das sensações, por si só, não produzirem prazer são duas: a primeira é que o prazer obtido por ela é de pouca duração e a segunda é que por causa de sua repetição ou a expectativa até o momento de sua fruição, ela acaba por se desgastar. Não que as sensações não produzam prazer; elas produzem. No entanto, Paley aponta para o fato de que a razão humana tem o papel de controlar e selecionar as sensações. Só assim é que o prazer proporcionado pelas sensações será mais contínuo<sup>35</sup>.

Paley também poderia considerar que a simples presença da dor – sinônima de sofrimento –, em determinado momento da vida humana, já seria suficiente para se admitir que nesse momento não existiria felicidade. Todavia, para Paley, um estado de felicidade não significa que haja a ausência absoluta da dor, pois um estado perfeito, onde a dor não exista, somente seria possível na imaginação humana. A ansiedade de querer atingir esse estado e a não possibilidade de sua realização – pelo menos nesta vida – produz frustração no indivíduo, trazendo-lhe mais dor do que prazer<sup>36</sup>.

Finalmente, para Paley, não existe prazer sem que o agente se encontre frente a um desafio, segundo o autor, superar as dificuldades gera certa satisfação. Nesse sentido, o indivíduo racional deve enfrentar as circunstâncias da vida procurando estabelecer tipos de ação que resultem em um aumento da felicidade. Mesmo que haja momentos de sofrimento na existência humana, é sempre possível detectar a existência de certo grau de felicidade atingido<sup>37</sup>.

35 Paley, 1978, p. 19.

36 Ibidem, p. 22.

A utilização da razão na busca da felicidade é que pode proporcionar ao ser humano um estado onde a soma dos prazeres exceda a soma das dores, portanto, ser mais feliz exige que o ser humano seja mais racional em suas escolhas. Desta forma, Paley considera que existem alguns tipos de ação que já contemplam as exigências postas tanto pela racionalidade, quanto pelo princípio de utilidade. Primeiramente, Paley argumenta que o ser humano que age em comunidade e colabora para o bem estar social é um indivíduo que tem mais condições de gozar um estado maior de felicidade<sup>38</sup>. Um estado maior de felicidade é possível porque é somente através da convivência com outras pessoas que a generosidade e a benevolência, só possíveis no âmbito social, podem contribuir para a melhoria do nível de vida da comunidade. Generosidade e benevolência são práticas que, assumidas coletivamente, se tornam úteis para a promoção de um estado cada vez maior de felicidade geral. A possibilidade de o indivíduo ser mais feliz, assim, é maior em situações onde haja pré-disposição para a ajuda mútua.

Um outro tipo de ação que Paley considera importante para a concretização de um estado maior de felicidade é a utilização da mente e do corpo na busca de um objetivo. No entanto, o objetivo a ser alcançado deve ser mediado pela racionalidade, pois, sem esta, a esperança, que poderia ser benéfica, pode criar um estado de aborrecimento. Segundo Paley, é necessário que os objetivos (fins) sejam analisados rigorosamente pela razão para que sejam adaptados às oportunidades humanas. A racionalidade na escolha, como forma de alcançar a agradável perseguição do objetivo, é o método adequado para a obtenção da felicidade. Assim, devem ser programadas obrigações que fomentem o prazer e criem condições para a obtenção do objetivo<sup>39</sup>.

Paley considera, ainda, que a felicidade depende, em grande medida, de uma constituição racional dos hábitos humanos<sup>40</sup>, pois estes, por serem maleáveis, permitem uma mudança na constituição e direção da conduta humana. Portanto, a aplicação da razão na orientação desta

37 Ibidem, p. 27.

38 Ibidem, p. 27.

39 Ibidem, p. 29.

40 Ibidem, p. 37.

mudança é que pode proporcionar tipos de ações que contribuam para a promoção da felicidade humana<sup>41</sup>. Ademais, a dor provocada pelo sofrimento físico é um estado de infelicidade, assim, o sujeito racional, na busca da felicidade, deve mudar os seus hábitos com o intuito de obter a saúde do corpo. Em outros termos, a felicidade também consiste em um estado de hábitos saudáveis<sup>42</sup>.

A noção de felicidade desenvolvida por Paley parece ser uma consequência das pretensões do iluminismo de sua época. Desta forma, um ser humano feliz, de acordo com o autor, é um indivíduo que se empenha para o desenvolvimento de suas capacidades racionais e reflexivas. Concebendo o princípio de utilidade como norteador do desenvolvimento humano, Paley entende que a promoção da felicidade geral é uma obrigação moral imposta ao indivíduo iluminado pela razão. Pode-se considerar que é justamente nestes termos que o autor elabora o seu conceito de virtude.

### **A felicidade como motivo da ação virtuosa**

Ao recusar a teoria do senso moral ou negar a existência de uma moral instintiva, ou, ainda, rejeitar a existência de valores interiores introduzidos pelo Criador, poderia ser que alguém argumentasse que as razões oferecidas por Paley dão a impressão de que não seja possível estabelecer tipos de ação que possam ser considerados virtuosos, ou genuinamente morais.

Contudo, não parece que os argumentos de Paley defendam que não se possa valorar moralmente uma determinada ação. O que eles indicam é que os elementos a serem identificados para se dizer que uma ação é moral ou virtuosa são encontrados a partir de um requisito externo à própria ação, qual seja: verificar a tendência da ação em aumentar a felicidade e/ou diminuir o sofrimento.

A ação que promove felicidade, de acordo com Paley, é a ação virtuosa por excelência. O sujeito racional, que através de suas ações procura promover a felicidade para si e para o maior número possível de

41 Ibidem, p. 30.

42 Ibidem, p. 33.

pessoas, está realizando aquelas ações consideradas virtuosas<sup>43</sup>.

Levando em consideração que as ações morais são requisitadas pela vontade de Deus, pois, para Paley, a vontade de Deus desempenha a função de regra máxima em seu projeto ético, poder-se-ia indagar quais seriam as razões oferecidas para que o agente se sinta obrigado a agir moralmente. Em outras palavras, por que se deve ser um sujeito moral?

A posição de Paley a respeito da obrigação moral está associada ao princípio de utilidade assumido por ele, pois a noção de obrigação está relacionada à idéia de que os indivíduos tendem a procurar o prazer e fugir da dor. Como a realização da vontade de Deus é a condição para que o indivíduo venha a gozar da felicidade eterna, a obrigação decorre, portanto, do interesse do indivíduo em maximizar sua própria felicidade.

Segundo Paley, a razão que garante a obediência do indivíduo está associada a um “forte motivo”. O motivo consiste na associação feita por Paley entre o interesse do indivíduo em adquirir o maior prazer possível e a promessa divina de que ao obedecer aos Seus desígnios o ser humano será agraciado com a felicidade eterna, mas ao não lhes obedecer será reservado o castigo do inferno.

Visto que a vontade de Deus é a regra e sendo Sua vontade a felicidade de Suas criaturas, as ações que procuram satisfazê-la lhes são agradáveis. Ora, assim, agir eticamente, para Paley, é agir de forma que o resultado da conduta seja a promoção da felicidade humana. Nesse sentido, Paley propõe uma ética cujos fundamentos são encontrados em um projeto de caráter eminentemente utilitarista<sup>44</sup>.

O princípio de utilidade é um expediente racional para que o ser humano possa identificar os tipos de ações que estejam de acordo com a vontade de Deus, ou, em outras palavras, constitui uma regra para identificar os tipos de ações promotoras da felicidade geral. Somente a utilidade da ação, no sentido de contribuir para a promoção da felicidade geral, é que confere a ela a qualificação de ação virtuosa.

Submeter, constantemente, as ações à avaliação do princípio de utilidade é o recurso que os indivíduos possuem para não se guiarem por

43 Ibidem, p. 35.

44 Ibidem, p. 61.

regras ou cursos de ação que possam ter como conseqüência um estado de coisas em que o nível de sofrimento seja maior do que o nível de felicidade. Por isso, segundo Paley, é importante que os seres humanos identifiquem não só as conseqüências particulares ou imediatas, mas também, e principalmente, estejam preocupados com as conseqüências gerais da aplicação ou do estabelecimento de uma norma de ação social<sup>45</sup>.

Ao defender a necessidade de regras gerais de ação, o que Paley parece indicar é a necessidade de se estabelecerem regras positivas orientadas por uma base moral. Ou seja, leis ou regras de ação social que tenham por finalidade criar um estado de coisas em que a soma dos prazeres exceda a soma das dores, como uma exigência decorrente da vontade de Deus<sup>46</sup>. Nesse sentido, o seu conceito de virtude pode ser interpretado como a promoção da vontade de Deus. Isto é, promover a felicidade da humanidade, guiando-se por regras gerais de ação, na compreensão de Paley, é o mesmo que agir de modo virtuoso.

## Conclusão

A descrição da natureza humana, apresentada por William Paley, baseia-se na constatação de que o que motiva a ação do indivíduo é a tendência natural para a promoção do benefício pessoal. Em outros termos, poder-se-ia considerar que o que Paley defende é que o ser humano possui uma estrutura psicológica fundamentalmente regida por uma lei motivadora de toda ação do indivíduo. Esta lei é caracterizada pela procura do indivíduo em seguir o curso de ação que possa resultar em uma soma maior de prazer (felicidade individual). Nesse sentido, a ação humana, na acepção de Paley, sempre possui como referência o bem-estar pessoal.

Muito embora procure oferecer razões para que as pessoas se comportem de uma maneira altruísta, promovendo o bem-estar da coletividade, Paley deixa claro que todos os organismos, em suas lutas pela existência, têm como princípio motivador de suas condutas o interesse

45 Ibidem, p. XVI, Prefácio.

46 Ibidem, p. 75-76.

em sua maior felicidade (prazer). Tal interesse, no mundo dos vegetais e dos animais, traduz-se por comportamentos que favorecem a sobrevivência. O princípio desencadeador desses comportamentos é a tendência para a felicidade existente não somente na estrutura dos organismos, mas também em todo o universo. O ser humano, como elemento do universo criado por Deus, também está sujeito às exigências desta lei básica da natureza. Por conseguinte, possuir uma motivação egoísta não é uma escolha pessoal de certos indivíduos; é, antes de tudo, de acordo com a reflexão de Paley, o resultado da própria estrutura da natureza humana.

Pode-se dizer que Paley defende a idéia de que, em última análise, o que motiva ou impulsiona a ação de todos os seres humanos é a existência de uma estrutura psicológica direcionada para reconhecer as ações promotoras de benefício ou prazer como ações que merecem ser conservadas e repetidas, enquanto as ações que promovem danos ou sofrimento devem ser rejeitadas e evitadas pelos agentes.

Nesse sentido, o que parece estar na base do projeto ético de William Paley é uma forma de egoísmo psicológico que pode ser caracterizado pela tese de que o indivíduo é constituído de tal forma que sempre busca a sua própria vantagem ou o seu maior interesse. Como uma espécie de variante desta tese, tem-se o hedonismo psicológico, talvez mais condizente com o estilo de reflexão de Paley, que sustenta que o indivíduo busca o prazer e foge da dor, tanto em perspectiva presente, quanto futura. O egoísmo psicológico não é propriamente uma doutrina ética e não pode ser interpretado desta maneira no projeto ético de Paley, pois não diz nada acerca do bem e do mal, nem acerca do justo e do injusto, antes é uma teoria acerca das motivações da ação humana.

De acordo com a análise de Martín D. Farrell<sup>47</sup>, o que o egoísmo psicológico procura apontar é que resulta impossível ao ser humano agir em desconformidade com sua estrutura interna. Ainda de acordo com Farrell, poder-se-ia concluir, do que é sustentado pelo egoísmo psicológico, que só é possível ao ser humano propor a sua própria felicidade. Por outro lado, talvez, a teoria que mais fortemente se opõe aos desdobramentos da aceitação do egoísmo psicológico seja a teoria que

47 Farrell, 1992.

defende a existência de uma disposição altruísta presente nos seres humanos. Em suas versões mais fortes o egoísmo psicológico e o altruísmo poderiam ser caracterizados não só como posições opostas, mas também como excludentes. Martín D. Farrell analisa o egoísmo psicológico e o altruísmo recorrendo à idéia de que o primeiro representa uma visão pessimista da natureza humana e o segundo uma visão otimista da natureza humana. A visão otimista é caracterizada por considerar que a natureza humana possui uma tendência para o bem. A visão pessimista concebe o indivíduo como um ser egoísta, preocupado primeiramente consigo e depois com os seus mais próximos, disposto a competir com os demais e até a prejudicá-los se isto for necessário para a satisfação de seus desejos.

O egoísmo prega, portanto, que o indivíduo está disposto a fazer aquilo que possa maximizar o seu bem-estar. Esta tendência do indivíduo em maximizar seu bem-estar pode compreender, ainda, dois outros desdobramentos: o egoísmo racional e o egoísmo ético.

No que diz respeito à Paley, o seu projeto ético não possui contornos exclusivamente egoístas e não parece seguir nenhuma forma de egoísmo ético ou racional. A introdução de um requisito transcendente (a vontade de Deus) unida à tese de que os seres humanos possuem uma estrutura mental voltada para a procura do bem-estar pessoal possibilita a William Paley, a partir da constatação de que os seres humanos são estruturalmente egoístas, recomendar que a conduta humana tenha como orientação e objetivo a máxima felicidade de todos os indivíduos. Nesse sentido, a realização da vontade de Deus não é somente a garantia da ação altruísta, ela também é a condição necessária para que o indivíduo possa gozar de uma existência de plena felicidade.

### **Egoistic reasons to act into an altruistic way: the theological utilitarianism of William Paley**

**Abstract:** We intend, in this article, to analyze the ethical proposal of William Paley. Considered as an utilitarianist of exception, Paley has associated the principle of utility to a transcendent requirement. It

consists in the idea that individuals motivated for the search of the maximization of happiness have as a maximum rule the obedience to the will of God. Paley assumes that following the will of God is necessary condition for the enjoyment of the perpetual happiness. Considering that will of God is expressed through good and happiness of all His creatures, the individual will be awarded with the perpetual happiness if he works to promote the happiness of all.

**Key-words:** Ethics, Utilitarianism, Theological Utilitarianism, Egoism, Altruism.

### **Bibliografia**

- BENTHAM, Jeremy. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. Trad. Luiz Joco Barazna. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Col. "Os Pensadores").
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. V. S.: Candeia, 1991.
- DYMOND, Jonatas. *Ensayos sobre los Principios de Moral y los Derechos y Obligaciones del Género Humano, tanto en la Vida Privada, como en la Política*. Filadelfia: Friends' Book Store, 304, Calle de Arch.
- FARRELL, Martín D. El Egoísmo Ético. *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, n. 11, jan.-abr. 1992.
- FOOT, Philippa. *Theories of Ethics*. Oxford University Press, 1974.
- FRANKENA, W. K. *Ética*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira de Mota. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GUISAN, Esperanza. Concepciones de la Ética. In: *Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía*, v. 2. Madrid: Trotta, 1992.
- HARDIN, Garrett. *A Natureza e o Destino do Homem*. Trad. Liu Pin Yi. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LYONS, David. *As Regras Morais e a Ética*. Trad. Luis Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.
- MACINTYRE, A. *Historia de la Ética*. Trad. Roberto Juan Walton. Buenos Aires; Barcelona: Paidós, 1981.
- M'CLINTOCK, Rev. John; STRONG, James S. T. D. William Paley. In: *Cyclopedia of Biblical, Theological and Ecclesiastical Literature*, v.

- VII. New York: Harper & Brothers, 1877.
- MILL, John Stuart. *A Liberdade*. Lisboa: Viúva Bertrand & C.<sup>a</sup>; Sucessores Carvalho & C.<sup>a</sup>, 1889.
- \_\_\_\_\_. *El Utilitarismo*: Um Sistema de la Lógica. Madrid: El Libro de Bolsillo; Alianza Editorial, 1984.
- MOORE, G. E. *Princípios Éticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Col. “Os Pensadores”).
- PALEY, William. *The Principles of Moral and Political Philosophy* (1785). London: R. Faulder, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Natural Theology*. From a Late London Edition. New York: America Tract Society 150 Nassau Street.
- POURSIN, Jean Marie. *Malthus*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- RAPHAEL, D. D. *British Moralists 1650-1800*, v. 2. London: Oxford University Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia Moral*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- SORLEY, W. R. *História de la Filosofia Inglesa*. Buenos Aires: Losada, 1951.
- SOTTOMAYOR-CARDIA, M. O interesse geral e o interesse de cada um. *Telos*. v. I, n. 2, p. 9-35, jun. 1992 (S.I.E.U).
- WRIGHT, Robert. *O animal moral*: porque somos como somos: a nova ciência da psicologia evolucionista. Trad. Lia Wyler. Rio de Janeiro: Campus, 1996.